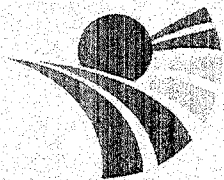




## PROJETO DE VENDA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 019/2022					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO FORMAL					
1. Nome: Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar Com Interação Solidária – SISCLAF			2. CNPJ: 05.645.364/0001-42		
3. Endereço: Rua Gaspar Silveira Martins nº 93		4. Município/UF: Francisco Beltrão/PR			
5. E-mail: sisclaf@yahoo.com.br		6. DDD/Fone: (46) 3524-0314 – 99937-5045		7. CEP: 85.660-060	
8. Nº DAP Jurídica: SDW0564536400012711201024		9. Banco: 133	10. Agência Corrente: 1001	11. Conta Nº da Conta: 5291-4	
12. Nº de Associados: 6 Cooperativas Siglares		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 12.326/2006: 1.454		14. Nº de Associados com DAP Física: 1.045	
15. Nome do representante legal: Celestino Benatti dos Santos		16. CPF: 581.142.469-87		17. DDD/Fone: (46) 99108-5210	
18. Endereço: Rua Pedro Pereira de Sá, 355, Princesa Isabel			19. Município/UF: Santo Antonio do Sudoeste/PR		
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade: Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar Com Interação Solidária – SISCLAF			2. CNPJ: 05.645.364/0001-42		3. Município/UF: Francisco Beltrão/PR
4. Endereço: Rua Gaspar Silveira Martins, nº 93, Cristo Rei				5. DDD/Fone: (46) 9 9937-5045	
6. Nome do representante e e-mail: Celestino Benatti dos Santos, E-mail: bsantoscelestin87@gmail.com				7. CPF: 581.142.469-87	
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
Iogurte	Litros	10.000	R\$ 7,62	R\$ 76.200,00	Quinzenal/Mensal
Leite Integral	Litros	40.000	R\$ 6,14	R\$ 245.600,00	Semanal/Quinzenal
OBS: * Preço publicado no Edital nº 022/2021 (o mesmo que consta na chamada pública).					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data Francisco Beltrão/PR – 05 de Dezembro de 2022		Assinatura do Representante do Grupo Formal: Celestino Benatti dos Santos Diretor Presidente - SISCLAF  <i>Celestino B. Santos</i>			Fone/E-mail: (46) 3524-0314 (46) 99108-5210 sisclaf@yahoo.com.br

*Juliana*

**IDR-Paraná**Instituto de Desenvolvimento  
Rural do Paraná - IAPAR-EMATER**PARANÁ****GOVERNO DO ESTADO**SECRETARIA DA AGRICULTURA  
E DO ABASTECIMENTO**OFÍCIO CRED - Nº 107/2022**

Curitiba, 12 de dezembro de 2022.

Ao

Sr. CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

**Diretor Presidente da Cooperativa Central de leite da Agricultura Familiar com  
Interação Solidária (SISCLAF)**

Francisco Beltrão – PR

Assunto: Inconsistências no sistema de Inscrição no Cadastro da Agricultura Familiar  
(CAF).

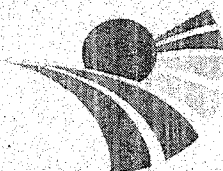
Prezado Senhor,

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, integrante da rede credenciada de cadastradores do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vem por meio deste informar a impossibilidade de ativar o cadastro da COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA – CNPJ 05.645.364/0001-42.

O sistema informatizado CAF passou a vigorar exclusivamente para acesso a políticas públicas da Agricultura Familiar em 1 de novembro de 2022, em substituição à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), porém apresenta desde sua implantação algumas inconsistências e erros. Estamos em constante contato com a equipe da Coordenação do Cadastro da Agricultura Familiar (COCAF), inclusive participando de testes e comunicando erros, a fim de auxiliar na correção do sistema para que esteja em pleno funcionamento.

No que diz respeito às Cooperativas Centrais, que possuem uma aba exclusiva para cadastro dentro do sistema, não está ocorrendo a ativação do cadastro por não contabilização dos sócios que compõem as Cooperativas Singulares vinculadas à Cooperativa Central. O cadastro da referida cooperativa

Rua da Bandeira, 500 - Cabral - 80035-270 - Fone (0xx41)250-2100 - Curitiba - Paraná - Brasil -  
<http://www.emater.pr.gov.br>

**IDR-Paraná**Instituto de Desenvolvimento  
Rural do Paraná - IAPAR-EMATER**PARANÁ****GOVERNO DO ESTADO**SECRETARIA DA AGRICULTURA  
E DO ABASTECIMENTO

central foi feito pelo Coordenador Regional Sady Domingos Alves Grisa, gerando o número PR112022.05.000000014CAF, porém o sistema não alterou o status para "Ativo" em função da inconsistência gerada acima.

Conferindo os extratos das cooperativas singulares vinculadas, é possível verificar que existe o enquadramento de sócios Agricultores Familiares previsto na normativa de acesso ao CAF, porém enquanto os erros do sistema persistirem, não será possível completar a ativação do cadastro da SISCLAF.

Não existe uma previsão para estabilização do sistema, porém nos colocamos à disposição para esclarecimentos posteriores e informaremos assim que o sistema estiver em pleno funcionamento para emissão do extrato comprovando o enquadramento desta organização.

Atenciosamente,

Heloise Anne Parchen

**Assistente Técnica – Núcleo Estadual de Crédito Rural**  
**IDR-Paraná**



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato da DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35034539

Emitido em: 27/11/2022 às 08:09:54

DAP: SDW0564536400012711201024      Versão DAP: 3.3      Transmissão: 27/11/2020      Validade(\*): 27/11/2022

**Informações Pessoa Jurídica**

CNPJ: 05.645.364/0001-42

Razão Social: COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR C/ INT. SOLIDÁRIO

Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa Central da AF

Município/UF: Francisco Beltrão/PR

Data de Constituição: 12/07/2007

Representante Legal: VALMIR PRIAMO

CPF: 304.055.809-91

**Informação DAP**

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER

CNPJ: 75.234.757/0001-49

Agente Emissor: Sady DA Grisa

CPF: 236.515.200-72

Local da transmissão: Francisco Beltrão/PR

**Composição Corporativa**

CNPJ	nome da empresa	parceiros	C/DAP	S/DAP	%
02.574.546/0001-81	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAMÍLIA DOIS VIZINHOS - CLAF DOIS VIZINHOS	106	89	17	83,96
06.063.684/0001-57	COOP. DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA FAMILIAR DE HONÓRIO SERPA - CODESAFA	187	119	68	63,64
06.226.241/0001-30	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAMÍLIA DE ITAPEJARA DO OESTE - CLAF ITAPEJARA	102	67	35	65,69
06.956.271/0001-00	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAMÍLIA CHOPINZINHO - CLAF CHOPINZINHO	196	140	56	71,43
06.973.239/0001-24	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAMÍLIA SALTO DO LONTRA - CLAF SALTO DO LONTRA	529	386	143	72,97
07.070.776/0001-27	COOP. DE LEITE DA AGRIC. FAMÍLIA SANTO ANTONIO - CLAF SANTO ANTONIO	334	244	90	73,05

Percentual de agricultores familiares: 71,87

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.

A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)





**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato da DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35496660

Emitido em: 12/06/2022 às 09:30:34

Validade(\*): 28/12/2023

DAP: SDW0257454600012812210346

Versão DAP: 3.2

Transmissão: 28/12/2021

**Informações Pessoa Jurídica**

CNPJ: 02.574.546/0001-81

Nome da Empresa : COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE DOIS VIZINHOS

Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Dois Vizinhos/PR

Representante Legal: LUCAS DANIEL FILIZARDO

Data de Constituição: 02/03/1998

CPF: 076.853.349-09

**Informação DAP**

Emitente: SINDICATO DOIS TRABALHADORES RURAIS DE DOIS VIZINHOS

CNPJ: 77.819.647/0001-74

Agente Emissor: JONAI GIRARDI ANTUNES

Local da Transmissão: Dois Vizinhos/PR

CPF: 071.528.059-70

**Composição Corporativa**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Outros agricultores familiares	86	81.13

**Quantidade de DAPs por Município/UF**

Município/UF	Quantidade
Boa Esperança do Iguaçu	6
Cruzeiro do Iguaçu	5
dois vizinhos	67
Enéas Marques	5
Salto do Lontra	3

**Resultado da Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecido pelo MDA	86	81.13
Associados sem DAP	vinte	18.87
Total de dois Associados	106	100%

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.

A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br>)



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato de DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35496175  
Emitido em: 06/12/2022 às 09:25:23

DAP: SDW0606368400012109220305      Versão DAP: 3.2      Emissão: 21/09/2022      Validade(\*): 21/09/2024

**Informações da Pessoa Jurídica**

CNPJ: 06.063.684/0001-57  
Razão Social: COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR D HONÓRIO SERPA  
Tipo Pessoa Jurídica: Cooperativa singular da AF  
Município/UF: Honório Serpa/PR  
Representante Legal: PAULO CESAR DE CASTRO  
Data Constituição: 01/12/2003  
CPF: 805.741.909-10

**Informações da DAP**

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER  
CNPJ: 75.234.757/0001-49  
Agente Emissor: Marco Antonio da Silva Reis  
Local de Emissão: Honório Serpa/PR  
CPF: 062.520.819-65

**Composição Societária**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Aquicultor/a	3	1.60
Assentado/a pelo PNRA	30	16.04
Demais agricultores familiares	86	45.99

**Quantidade de DAPs por Município/UF**

Município/UF	Quantidade
Clevelândia	1
Coronel Vivida	4
Honório Serpa	108
Palmas	1
Pato Branco	3
Virmond	1
Vitorino	1

**Resultado Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	119	63,64
Associados sem DAP	68	36,36
Total dos Associados	187	100%

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.  
A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato da DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35496507

Emitido em: 12/06/2022 às 09:28:59

Validade(\*): 17/12/2023

DAP: SDW0622624100011712210456 Versão DAP: 3.2 Transmissão: 17/12/2021

**Informações Pessoa Jurídica**

CNPJ: 06.226.241/0001-30

Razão Social: COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPEJARA DOESTE

Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Itapejara d'Oeste/PR

Representante Legal: JOSÉ MORENO

Data de constituição: 03/01/2004

CPF: 553.951.399-15

**Informação DAP**

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER

CNPJ: 75.234.757/0001-49

Agente Emissor: Marco Antonio da Silva Reis

Local da transmissão: Itapejara d'Oeste/PR

CPF: 062.520.819-65

**Composição Corporativa**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
agricultor	1	0,98
Outros agricultores familiares	66	64,71

**Quantidade de DAPs por Município/UF**

Município/UF	Quantidade
bom sucesso do sul	1
Honório Serpa	1
Itapejara d'Oeste	63
Vou ver	dois

**Resultado da Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecido pelo MDA	67	65,69
Associados sem DAP	35	34,31
Total de dois Associados	102	100%

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.  
A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br>)



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

### Extrato da DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 35496783

Emitido em: 12/06/2022 às 09:31:50

DAP: SDW0695627100012012210841	Versão DAP: 3.2	Transmissão: 20/12/2021	Validade(*): 20/12/2023
--------------------------------	-----------------	-------------------------	-------------------------

#### Informações Pessoa Jurídica

CNPJ: 06.956.271/0001-00	
Nome da empresa : FAMILIA CHOPINZINHO COOPERATIVA DE VAZAMENTO AGRÍCOLA	
Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa singular da AF	
Município/UF: Chopinzinho/PR	Data de constituição: 03/01/2004
Representante Legal: LUCI APARECIDA COMIRAN BARALDI	CPF: 595.430.519-68

#### Informação DAP

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER	
CNPJ: 75.234.757/0001-49	
Agente Emissor: Marco Antonio da Silva Reis	CPF: 062.520.819-65
Local da Transmissão: Chopinzinho/PR	

#### Composição Corporativa

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Sentado/Bareback PNRA	dois	1.02
Outros agricultores familiares	135	68.88

#### Quantidade de DAPs por Município/UF

Município/UF	Quantidade
chopinzinho	135
Saudade do Iguaçu	dois

#### Resultado da Composição Societária

Número de titulares com DAP Reconhecido pelo MDA	137	69.90
Associados sem DAP	59	30.10
Total de dois Associados	196	100%

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.

A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)





**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato da DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35568248  
Emitido em: 12/07/2022 às 13:01:16  
Validade(\*): 07/06/2023

DAP: SDW0697323900010607211123 Versão DAP: 3.2 Transmissão: 06/07/2021

**Informações Pessoa Jurídica**

CNPJ: 06.973.239/0001-24

Razão Social: COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Salto do Lontra/PR

Representante Legal: EDENILSON ROBSON DE SOUZA

Data de Constituição: 24/06/2004

CPF: 052.126.809-56

**Informação DAP**

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER

CNPJ: 75.234.757/0001-49

Agente Emissor: MARCELO VICENSI

Local da transmissão: Salto do Lontra/PR

CPF: 076.766.399-30

**Composição Corporativa**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
	1	0.19
agricultor	381	72.02
Outros agricultores familiares	dois	0.38
pescador		

**Quantidade de DAPs por Município/UF**

Município/UF	Quantidade
	dois
Boa Esperança do Iguaçu	1
Capitão Leônidas Marques	10
dois vizinhos	1
Enéas Marques	33
Nova esperança do sudoeste	12
Nova Prata do Iguaçu	1
Realeza	279
Salto do Lontra	Quatro cinco
Santa Izabel do Oeste	

**Resultado da Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecido pelo MDA	384	72.59
Associados sem DAP	145	27.41
Total de dois Associados	529	100%

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.  
A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)





**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato da DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35568114  
Emitido em: 12/07/2022 às 12:58:58  
Validade(\*): 14/05/2023

**DAP:** SDW0707077600011405210211      **Versão DAP:** 3.2      **Transmissão:** 14/05/2021      **Validade(\*):** 14/05/2023

**Informações Pessoa Jurídica**

**CNPJ:** 07.070.776/0001-27

**CNPJ:** 07.070.776/0001-27  
**Nome da Empresa:** COOP. DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

Pessoa Jurídica Tipo: Cooperativa singular da AF

Município/UF: Santo Antônio do Sudoeste/PR

**Representante Legal:** CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

**Data de Constituição: 26/10/2004.**

**CPF: 581.142.469-87**

**Informação DAP**

**Informação DAP**  
**Emissor:** INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ - IAPAR-EMATER

**CNPJ: 75.234.757/0001-49**

CPF: 236.515.200-72

Agente Emissor: Sady DA Grisa

Local da transmissão: Santo Antônio do Sudoeste/PR

## Composição Corporativa

Composição Corporativa		
Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Outros agricultores familiares	243	72,75

**Quantidade de DAPs por Município/UF**

Quantidade de DAPs por Município/UF	Município/UF	Quantidade
		1
	Pérola d'Oeste	onze
	pranchita	231
	Santo Antônio do Sudoeste	

### Resultado da Composição Societária

<b>Resultado da Composição Societária</b>			
<b>Número de titulares com DAP Reconhecido pelo MDA</b>		<b>243</b>	<b>72,75</b>
<b>Associados sem DAP</b>		<b>91</b>	<b>27,25</b>
<b>Total de dois Associados</b>		<b>334</b>	<b>100%</b>

(\*) Esta data de validação da DAP está condicionada à manutenção do número e estrutura do órgão social.  
A autenticidade e veracidade deste documento podem ser verificadas por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.645.364/0001-42</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>13/05/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SISCLAF</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>214-3 - Cooperativa</b>			
LOGRADOURO <b>R GASPAR SILVEIRA MARTINS</b>	NÚMERO <b>93</b>	COMPLEMENTO <b>SALA: 1;</b>	
CEP <b>85.602-060</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CRISTO REI</b>	MUNICÍPIO <b>FRANCISCO BELTRAO</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(46) 9976-0431</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>13/05/2003</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/12/2022 às 06:59:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## ESTATUTO SOCIAL

### COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF - CNPJ: 05.645.364/0001-42

#### CAPÍTULO I

##### Da Denominação, Sede, Foro, Área de Atuação, Prazo e Exercício Social

Art. 1º - A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA, que funciona com a sigla SISCLAF, é uma central de cooperativas e rege-se pela Lei nº 5.764, de 16.12.1971, pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) sede, administração e foro jurídico na cidade de Francisco Beltrão, sito a Rua Gaspar Silveira Martins, nº 93, sala 1, Bairro Cristo Rei, CEP 85.602-060, Estado do Paraná;
- b) área de ação abrangendo todo o território nacional, atendendo ao objetivo de integração cooperativa;
- c) prazo de duração indeterminado;
- d) exercício social, com duração de 12 meses, com início em 1º de Janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

#### CAPÍTULO II

##### Do Objetivo

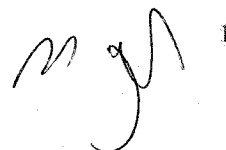
Art. 2º - A Cooperativa Central De Leite Da Agricultura Familiar Com Interação Solidária - SISCLAF tem por objetivo organizar, assessorar e/ou prestar serviços nas áreas de educação, de gestão, de administração, de contabilidade, de tecnologia, de informática, de beneficiamento, de transformação, de industrialização, de comercialização da produção, de sementes, de insumos, de produtos veterinários, de medicamentos, de homeopáticos, de máquinas, de equipamentos e peças entre outros, em benefício dos interesses das Cooperativas Singulares Associadas e de seus cooperados, construindo e estruturando políticas de fortalecimento da agricultura familiar, fundadas nos princípios da agroecologia e interação solidária.

Parágrafo 1º - No cumprimento desse objetivo a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF se propõe a:

- a) desenvolver atividades de formação e prestação de serviço de interesse comum da Sociedade, suas associadas e seus respectivos cooperativados.
- b) participar, em nome próprio ou de suas associadas, de programas de incentivo à produção agropecuária, levando a elas e seus cooperativados novas tecnologias de produção;
- c) buscar e canalizar ao setor agropecuário recursos financeiros, através das agências financeiras estatais ou particulares, nacionais ou internacionais, destinados ao custeio e investimentos que promovam a melhoria das condições da produção do setor;
- d) atuar no beneficiamento, na transformação e na industrialização da produção agropecuária/agrícola (leite, soja, milho, e outros), de seus derivados e subprodutos; na



luciano



produção e comercialização de insumos, bens de capital e de consumo destinados ao setor, podendo operar de forma direta ou com terceiros, observados os limites legais, em benefício próprio e/ou de suas Cooperativas Singulares Associadas;

e) atuar, em caráter temporário, como Cogestora de Cooperativa filiada, na medida em que constatadas situações de irregularidades que coloquem em risco a solidez da Cooperativa ou do Sistema;

Parágrafo 2º - A sociedade poderá, na realização de seus objetivos sociais, estruturar-se para atender suplementarmente a toda a demanda dos serviços que se propõe prestar. Além disso poderá participar como sócia de entidades, cooperativas ou não, quando se tratar de serviço ou atividades de apoio aos seus diversos setores.

Parágrafo 3º - A Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF manterá neutralidade político-partidária, religiosa, racial e cultural, no desenvolvimento das suas atividades.

Art. 3º - Para a consecução desses objetivos, a Sociedade desenvolverá suas atividades de acordo com as metas e formas organizacionais estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração.

### CAPÍTULO III

#### Das Cooperativas Associadas

Art. 4º - Poderá ingressar na Sociedade as CLAF'S - Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar.

Parágrafo Único - O número de associadas é ilimitado quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a três.

Art. 5º - Para ingressar no quadro social a cooperativa deverá:

a) apresentar proposta de filiação, em formulários fornecidos pela Sociedade, o qual deverá conter, além da assinatura do Presidente da cooperativa proposta, também a assinatura do Presidente de uma das cooperativas já associadas, que será a proponente.

b) apresentar as seguintes informações: componentes da Diretoria e data de posse; número de associados; capital subscrito; capital integralizado.

c) apresentar o estatuto da cooperativa.


d) apresentar o último balanço e o último balancete.

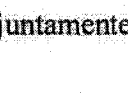

e) apresentar cópia autêntica da Ata da Assembléia Geral que autorizou a sua filiação à Sociedade.

f) ter sua proposta de admissão examinada e aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

g) subscrever o número de quotas do capital social mínimo nos termos e condições estabelecidos neste Estatuto.

h) assinar a Ficha de Matrícula, Através de seu respectivo Presidente juntamente com o Diretor Presidente da Sociedade.

 *luciano*

  
 2

Art. 6º - Uma vez cumprida todas as disposições constantes do artigo anterior, a nova associada adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Sociedade.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos Direitos e Obrigações das Cooperativas Associadas

Art. 7º - As cooperativas associadas, através dos Presidentes ou Delegados indicados na forma deste Estatuto e credenciados pelo Conselho de Administração, têm direito à:

- a) tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- b) propor ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral medidas de interesses da Sociedade ou da própria associada;
- c) votar e ter representante de seu quadro social votado para membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- d) demitir-se da sociedade quando lhe convier, observados as disposições deste Estatuto.
- e) realizar com a Sociedade todas as operações que correspondam aos seus objetivos;
- f) solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre as atividades da Sociedade;
- g) beneficiar-se dos serviços que a Sociedade estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regimentos;
- h) gozar de todas as vantagens previstas no Estatuto e regimento Interno da entidade.
- i) fazer uso das marcas registradas do SISCLAF e de bens que receber em comodato.

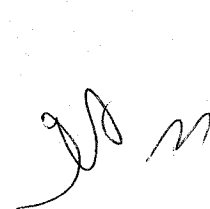
Parágrafo primeiro - Cada cooperativa associada terá direito a três votos nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo segundo- o direito de votar e ter seus representantes votados para os Conselhos do SISCLAF fica suspenso nas seguintes hipóteses: pendência de pagamento de mensalidades ou contribuições apuradas até sessenta dias antes da Assembléia; ausência de entrega de leite nas Plataformas ou às empresas orientadas pelo SISCLAF nos seis meses anteriores a Assembléia; negativa de uso dos sistemas de software nos seis meses anteriores a Assembléia Geral, exceto quando da existência de motivo justificado."

Art. 8º - São obrigações das cooperativas associadas:

- a) integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos à cobertura de despesas da Sociedade;
- b) cumprir as disposições da Lei, do Estatuto, dos Regimentos e respeitar as resoluções tomada pelo Conselho de Administração e as deliberações da Assembléia Geral;
- c) satisfazer pontualmente os compromissos assumidos com a Sociedade;
- d) participar ativamente na sua vida societária;
- e) prestar à sociedade os esclarecimentos relacionados com as suas atividades;
- f) enviar regularmente à Sociedade relatórios, balanços e demais informes de interesse comum;

 *lucio*

 *3*



- g) designar e credenciar seus Delegados a reuniões e Assembléias Gerais da Sociedade, observando o que dispõe este Estatuto, delas participando obrigatoriamente;
  - h) comunicar imediatamente toda e qualquer modificação nos quadros de sua Administração Superior, encaminhando inclusive o cadastro dos novos dirigentes;
  - i) submeter à apreciação da Sociedade projetos de expansão e produção; propostas de inclusão de novos sócios;
  - j) atuar de forma integrada às demais cooperativas associadas em todas as atividades e serviços do SISCLAF.
- l) Comercializar a produção de leite de seus cooperados através do SISCLAF.

Parágrafo primeiro - a determinação fixada na letra "j" acima é obrigatória para todas as cooperativas filiadas ao SISCLAF, ressalvados compromissos comerciais já assumidos até esta data.

Parágrafo segundo - constitui motivo de eliminação do quadro social o descumprimento da obrigação constante na letra "l" deste artigo".

Art. 9º - As associadas respondem de forma ilimitada pelas obrigações contraídas pelo SISCLAF.

## CAPÍTULO V

### Das Penalidades, Demissão, Eliminação e Exclusão das Cooperativas Associadas

#### SEÇÃO I

##### Das Penalidades

Art. 10º - O Regimento Interno disciplinará sanções e penalidades para o descumprimento dos deveres e das normas internas deliberadas pela Assembléia Geral.

#### SEÇÃO II

##### Da Demissão

Art. 11º - O pedido de demissão de associada não poderá ser negado pelo SISCLAF, mas está condicionado ao atendimento das seguintes questões:

- a) ser apresentado pelo Presidente acompanhado de Ata de Assembléia que assim deliberar.
- b) vir acompanhado de documento de entrega ou autorização de retirada dos bens de propriedade do SISCLAF que estiverem em comodato ou outro meio de cessão à Cooperativa.
- c) vir acompanhado de documento autorizando a interrupção dos serviços de software e outros organizados pelo SISCLAF e em uso pela Cooperativa, a qual deverá ocorrer em prazo não superior a seis meses.
- d) assinatura de Termo de Compromisso de continuidade de comercialização da produção de leite com o SISCLAF, observada a produção média dos últimos seis meses, pelo período mínimo de três meses.

Parágrafo primeiro - na hipótese da Cooperativa pretender saída imediata, arcará com multa igual a dez por cento da produção média de seu quadro social dos últimos seis meses, constituindo o documento de apuração instrumento hábil de execução.



Parágrafo segundo – na hipótese da Cooperativa pretender saída em prazo menor do que três meses, a multa prevista no parágrafo anterior seria proporcional ao número de meses/dias faltantes.

Parágrafo terceiro – enquanto não vencido o prazo e não satisfeitas as demais exigências deste artigo, a Cooperativa continuará pertencendo ao quadro social do SISCLAF no que diz respeito a todos os seus direitos e obrigações respeitadas as disposições de lei”.

### SEÇÃO III

#### Da Eliminação ou Exclusão

Art. 12º - A eliminação da Cooperativa Associada, que será aplicada em virtude de infração da Lei, deste Estatuto e de Resoluções da assembléia Geral, será procedida pelo Conselho de Administração e comunicada à infratora.

Parágrafo 1º - Os motivos que a determinaram deverão constar de termo lavrado na Ficha de Matrícula, firmado pelo Diretor Presidente da Sociedade.

Parágrafo 2º - A comunicação a que se refere este artigo será feita mediante remessa à eliminada, dentro do prazo de 30 dias, de cópia autenticada deste termo, por processo que comprove as datas de encaminhamento e recebimento.

Parágrafo 3º - Além de outros motivos, será passível de eliminação, pelo conselho de Administração, a associada que:

- a) praticar atos contrários ao espírito cooperativista e harmonia do quadro social;
- b) exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Sociedade ou que colida com seus objetivos sociais;
- c) reiteradamente, deixar de cumprir com as obrigações sociais.

Parágrafo 4º - Do ato da eliminação cabe recurso, dentro do prazo de 30 dias, com efeito suspensivo da penalidade, à apreciação da primeira Assembléia Geral.

Art. 13º - A exclusão da associada será feita:

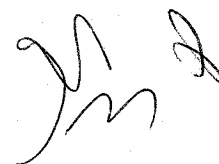
- a) por dissolução da pessoa jurídica;
- b) por deixar de atender os requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Sociedade.

Parágrafo Único - A exclusão da associada será feita por decisão do Conselho de Administração.

Art. 14º - Nas hipóteses de demissão, eliminação ou exclusão, a associada terá direito à restituição do capital que integralizou, corrigido monetariamente, acrescido das sobras ou deduzidas as perdas que tiverem sido registradas.

Parágrafo 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral, balanço do exercício em que a associada tenha sido desligada da Sociedade e satisfeita suas obrigações junto a esta, com restituição de 100% do capital por ela integralizado.

 *lauro*



Parágrafo 2º - O Conselho de Administração determinará a forma de restituição desse capital a partir do exercício financeiro seguinte ao do desligamento.

Parágrafo 3º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperativas associadas em número tal que as restituições ou exclusões referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Sociedade, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade, a juízo da Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - No caso de reintegração da associada ao quadro social, deverá ela repor o total de sua quota de capital devidamente corrigida.

Parágrafo 5º - Nos casos de demissão, eliminação, exclusão de associada, esta somente ficará liberada do vínculo societário e dos deveres a ele inerentes se e quando restituir à Sociedade bens e direitos que esta lhe houver cedido em arrendamento ou comodato.

## CAPÍTULO VI

### Do Capital Social

Art. 15º - O Capital Social é dividido em quotas-partes, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, variável conforme o número de associadas, não podendo ser inferior a R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais);

Parágrafo 1º - O valor da quota-parte a ser integralizado por cada associada será igual a R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Parágrafo 2º - A quota-parte é indivisível e intransferível a não associados, não podendo ser negociada de modo algum com terceiros nem dada em garantia. Sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada na Ficha de Matrícula.

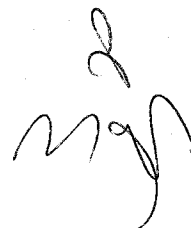
Parágrafo 3º - A transferência de quotas-partes, que se dará somente nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento, será escriturada na Ficha de Matrícula, mediante termo que conterà as assinaturas dos presidentes da cedente, da cessionária e da Sociedade.

Parágrafo 4º - A integralização das quotas-partes ou de aumento de capital social poderá ser efetuada mediante o oferecimento em pagamento de bens ou de direitos, previamente avaliados e após homologação da Assembléia Geral.

Parágrafo 5º - Na subscrição do capital social inicial e na de seus aumentos, será exigida, no ato, a realização de pelo menos cinquenta por cento do montante subscrito e o restante em até um ano, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Art. 16º - Anualmente, com base nos dados do balanço do exercício apresentado pela associada, a Sociedade atualizará a subscrição de que trata o artigo anterior.

 *luciano*



Art. 17º - A juízo da Assembléia Geral e até que se integralize a totalidade do capital subscrito individualmente pelas associadas, atualizado monetariamente, eventuais retornos das sobras líquidas poderão ser capitalizadas, de forma integral, para a realização deste capital.

## CAPÍTULO VII

### Do Regime Financeiro

Art. 18º - A receita para manutenção das atividades da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF no cumprimento de seus objetivos, será composta de:

- a) taxa de manutenção mensal relativa aos custos fixos;
- b) contribuições proporcionais das Cooperativas Associadas;
- c) receitas de convênios específicos firmados com Associadas proporcional aos serviços usufruídos;
- d) receitas extraordinárias.

Parágrafo 1º - As despesas fixas e as contribuições proporcionais das Cooperativas Associadas serão cobradas conforme definição em regimento interno.

Parágrafo 2º - A receita extraordinária compreenderá:

- a) auxílio e doação com essa finalidade;
- b) resultado do fornecimento de materiais;
- c) receitas de convênios com cooperativas e entidades não associadas;
- d) receitas de doações, empréstimos ou convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.
- e) receitas eventuais.

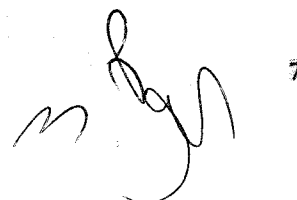
Art. 19º - O Conselho de Administração poderá com prévia autorização da Assembléia Geral gerir fundos criados com finalidades específicas.

Art. 20º - A Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF fará a gestão dos recursos financeiros disponibilizados por suas Cooperativas Associadas.

## CAPÍTULO VIII

### Da Representação

Art. 21º - A representação das Associadas nos atos que estabelecem relações jurídicas ou de responsabilidade com a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, caberá aos seus Presidentes e delegados devidamente credenciados.



Art. 22º - Nas Assembléias Gerais da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF a Cooperativa Associada será representada por seu Presidente e pelos delegados Efetivos ou seus respectivos Suplentes.

Parágrafo 1º - Os delegados serão escolhidos em Assembléia Geral das suas respectivas cooperativas.

Parágrafo 2º - Caberá ao Presidente de cada Associada emitir as credenciais dos delegados, mediante cópia das atas da assembléia que os escolheu.

Parágrafo 3º O prazo do mandato dos delegados será até o prazo do mandato do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - O delegado que vier a perder a qualidade de associado da Cooperativa representada ficará automaticamente descredenciado.

Parágrafo 5º - Caberá à Associada comunicar, imediatamente, o desligamento de seu delegado.

Parágrafo 6º - Considerando a singularidade de voto no que trata este artigo, o regimento interno definirá a forma de participação das Cooperativas Associadas nas Assembléias, Congressos e Encontros.

## CAPÍTULO IX

### Das Assembléias Gerais

Art. 23º - A Assembléia Geral, órgão supremo da sociedade, cujas decisões vinculam todas as associadas, ainda que ausentes ou discordantes, será composta por três representantes de cada associada.

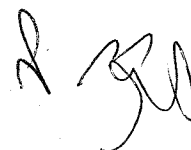
Art. 24º - A Assembléia Geral será dirigida pelo Diretor Presidente da Sociedade, ou por quem for designado pelo Estatuto.

Parágrafo Único - Ordinariamente será convocada pelo Presidente ou por um quinto das associadas, em pleno gozo de seus direitos sociais, desde que solicitadas; poderão também convocá-la o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 25º - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez dias para a primeira reunião, com intervalo de uma hora para a segunda e de uma hora, após esta, para a terceira.

Parágrafo 1º - As três convocações poderão ser feitas em único Edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

 *lucio*





Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais Extraordinárias, excepcionalmente, poderão ser convocadas com, no mínimo, dez dias de antecedência, quando houver motivo justificado que determine a sua urgência.

Art. 26º - O quorum para instalação da assembleia Geral é o seguinte: 2/3 (dois terços) das cooperativas associadas, em primeira convocação; metade mais um das associadas, em segunda convocação; 1/3 (um terço) das associadas, na terceira convocação.

Parágrafo Único - A verificação do quorum, de que trata este artigo, realizar-se-á pelo número de assinaturas no Livro de Presença pelos representantes das cooperativas associadas, que estiverem em dia com suas obrigações sociais.

Art. 27º - No Edital de Convocação da Assembleia Geral, deverão constar:

- a) a denominação da Sociedade, seguida da expressão Convocação de Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como endereço do local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) a sequência ordinal das convocações;
- d) a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) o número de associadas existentes na data de sua expedição, para efeito de cálculo do quorum de instalação;
- f) a assinatura do responsável pela convocação.

Parágrafo Único - Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis nas dependências mais comumente freqüentadas pelos representantes das associadas, publicados em jornal e comunicados por circulares às associadas.

Art. 28º - É da competência da Assembleia Geral a destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituições que possam comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo de trinta dias.

Art. 29º - Cada cooperativa associada far-se-á presente na Assembleia Geral da Sociedade por representante com direito a voto, o qual poderá ser o seu Presidente e seus Delegados credenciados.

Parágrafo Único - Para ter acesso ao local de realização das reuniões da Assembleia Geral da Sociedade, o representante da cooperativa associada deverá apresentar suas credenciais e assinar o Livro de Presença.

Art. 30º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado por um Secretário, participando da mesa os demais membros do Conselho de Administração.

 *laminas*



Parágrafo 1º - O Diretor Presidente convidará o Diretor Secretario para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

Parágrafo 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por representante de associada escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado deste, compondo a mesa os principais interessados na sua convocação.

Art. 31º - Os ocupantes de cargos da Administração e os representantes das associadas não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram diretamente, entre os quais o de prestação de contas e fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 32º - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o Diretor Presidente da Sociedade, logo após a leitura do relatório do Conselho de Administração, solicitará ao plenário que indique um outro representante de associada para presidir a reunião durante a leitura, apreciação e votação da matéria relativa à prestação de contas do exercício.

Parágrafo 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Diretor Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Parágrafo 2º - O Presidente indicado escolherá entre os demais representantes de associada e um secretário ad hoc, para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo secretário da Assembléia.

Art. 33º - As deliberações da Assembléia Geral somente poderão versar sobre assuntos constantes do Edital de Convocação.

Parágrafo 1º - Em regra, a votação será secreta, mas a Assembléia deverá optar pela aclamação, atendendo-se então às normas usuais. Entretanto, as decisões sobre eliminação, destituição, recursos e eleição para os cargos sociais e assuntos de relevância econômica deverão ser tomadas em votação secreta.

Parágrafo 2º - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes à Assembléia, por uma comissão de Delegados indicados pelo plenário e, ainda, por quantos mais o queiram fazer.

Parágrafo 3º - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos representantes presentes, assegurado a cada um o direito a um voto, ressalvado o previsto no Parágrafo 1º do Art. 38º deste Estatuto Social.

Art. 34º - A Assembléia Geral poderá ficar em sessão permanente até solução dos assuntos a deliberar.

Art. 35º - É de competência da Assembléia Geral a aprovação do Regimento

 *lucio*



Interno da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF.

## SEÇÃO I

### Da Assembléia Geral Ordinária

Art. 36º - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- a) prestação de contas dos órgãos de administração, compreendendo: relatórios da gestão; balanços; demonstrativos das sobras apuradas ou atas perdas decorrente da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade;
- b) relatório do Conselho Fiscal;
- c) destinação das sobras apurada ou rateio das perdas decorrente da insuficiência e das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Estatutários;
- d) eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- e) fixação do valor de honorários e gratificações do Conselho de Administração e cédulas de presença dos delegados e dos membros do Conselho Fiscal;
- f) quaisquer assuntos de interesse geral, desde que constem da Ordem do Dia, excluídos os enumerados no art. 38º. deste Estatuto.

Parágrafo Único - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração desonera seus membros de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude, má-fé ou simulação, bem como de infração da Lei e deste Estatuto.

## SEÇÃO II

### Da Assembléia Geral Extraordinária

Art. 37º - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 38º - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão, incorporação e desmembramento;
- c) mudança do objetivo da sociedade;
- d) dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.

Parágrafo 1º - São necessários os votos de dois terços das associadas presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.



Parágrafo 2º - As deliberações sobre outros assuntos serão tomadas pela maioria simples de votos.

## CAPÍTULO X

### Do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

#### SEÇÃO I

##### Composição e Funcionamento do Conselho de Administração

Art. 39º - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração, composto por sete (07) membros, sendo Diretor Presidente, Diretor Secretário, Diretor Financeiro e quatro (04) Conselheiros, todos eleitos em Assembléia Geral, por um período de três (03) anos, com renovação de 1/3 de seus membros a cada eleição.

Parágrafo 1º - O não comparecimento de qualquer membro do Conselho de Administração a 50% das reuniões anuais presume que o Cooperado desinteressou-se pela Sociedade e autoriza o Conselho de Administração, mediante prévia comunicação, declará-lo ausente, substituindo-o.

Parágrafo 2º - Caso um dos membros do Conselho de Administração perca sua qualidade de sócio junto a Cooperativa Associada, perderá automaticamente o seu mandato na Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF.

Parágrafo 3º - Não poderão fazer parte do Conselho de Administração, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. Além dos que não se enquadrarem no Art. 65º deste Estatuto Social, os parentes dos diretores até o segundo grau em linha reta ou colateral, e nem os parentes entre si até esse grau.


#### SEÇÃO II

##### Competências e Atribuições do Conselho de Administração

Art. 40º - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões da Assembléia Geral:

a) elaborar Regimento e Regulamento dos Conselhos e da Sociedade, no qual serão fixadas todas as normas de funcionamento e operações da Sociedade, os níveis hierárquicos de seu quadro de executivos e as políticas de pessoal e salários, submetendo à Assembléia Geral;

b) deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão de cooperativas associadas, podendo, a seu critério, aplicar advertência prévia;



c) verificar mensalmente situação econômico-financeira da Sociedade e o desenvolvimento de suas atividades;

d) apreciar e submeter à deliberação da Assembléia Geral os projetos que envolvam o comprometimento da sociedade em novos empreendimentos ou na ampliação dos já existentes;

e) estabelecer taxas de custeio para os serviços proporcionados pela Sociedade;

f) nomear comissões com finalidade de definir e programar linhas de ação atinentes à consecução das atividades da Sociedade;

g) deliberar sobre a forma de integralização das quotas do capital social, subscritas pelas associadas, bem como estabelecer as chamadas extraordinárias e o percentual de contribuição para integralizá-las;

h) fiscalizar o cumprimento das obrigações de cada associada, dando conhecimento à Assembléia Geral de eventuais irregularidades para sua análise e providência;

i) distribuir entre os membros dos diversos órgãos da Sociedade a verba honorária aprovada pela Assembléia Geral, atribuindo honorários fixos ao Diretor Presidente, Diretor Secretario e Diretor Financeiro, quando efetivos em suas funções, e cédulas por comparecimento dos demais membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

j) contrair obrigações, transmitir, adquirir, alienar e ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários, facultado outorgar a estes poderes de representação da Sociedade, desde que acompanhados de um diretor eleito;

k) praticar todos os atos de gestão, inclusive transigir, contrair obrigações, empenhar bens e direitos, bem como realizar a contratação de financiamento ou refinanciamento com qualquer estabelecimento de crédito ou instituição financeira, destinados ao custeio das operações sociais, comercialização, exportação e câmbio ou por qualquer finalidade que encontre guarida neste Estatuto;

l) elaborar e apresentar anualmente ao Conselho de Administração um orçamento-programa das atividades, submetendo-as à aprovação da Assembléia Geral;

m) colocar à disposição, com antecedência mínima de dez dias, documentação capaz de possibilitar às associadas amplo estudo e avaliação de todas as matérias, objeto de votação e decisão nas Assembléias.


n) determinar a qualquer tempo a realização de Auditoria Especial em Cooperativa filiada sempre que constatada situação de irregularidade que possa colocar em risco a solidez da Cooperativa ou do Sistema, e especialmente quando preparatória de implantação de Regime de Cogestão;

o) determinar a implantação do Regime de Cogestão junto a Cooperativa filiada, sempre que constatada situação de irregularidade que coloque em risco a solidez de Cooperativa filiada ou do Sistema verificada através de Auditoria Especial, definindo os procedimentos de implantação e funcionamento do Regime de Cogestão, bem como os integrantes da Equipe de Cogestão.

Parágrafo Único - Para adquirir, alienar bens imóveis e realizar investimentos, é indispensável autorização da Assembléia Geral.

Art. 41º - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

a) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria do Conselho de Administração, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;







b) deliberar validamente com a presença de metade mais um dos seus integrantes e por maioria de votos dos presentes;

c) as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, discutidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

Art. 42º - O Conselho de Administração poderá contratar serviços de terceiros para auxiliá-lo na execução das atividades e operações da Sociedade, cujas atribuições e responsabilidades serão fixadas pelo Conselho de Administração.

### SEÇÃO III

#### Das Competências e Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 43º - A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor Presidente, Diretor Secretário e Diretor Financeiro, sendo os mesmos integrantes eleitos no conselho de administração.

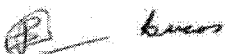
Parágrafo 1º - Nos impedimentos por prazos inferiores à 90 (noventa) dias o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Secretário e este será, por sua vez, substituído pelo Diretor Financeiro e este poderá ser substituído por um Conselheiro.

Parágrafo 2º - Na ausência ou no impedimento do Diretor Presidente e/ou dos outros Conselheiros Executivos por prazo superior a 90 dias ou se ficarem vagos por qualquer tempo mais da metade dos cargos, do conselho, deverá o Diretor Presidente ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, convocar a Assembléia Geral para o preenchimento dos cargos.

Parágrafo 3º - Os novos membros eleitos ocuparão os cargos até o final do mandato dos que foram substituídos.

Art. 44º - Ao Diretor Presidente compete:

- a) Supervisionar as operações e atividades da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF;
- b) assinar com o Diretor Secretário ou com o Diretor Financeiro, os cheques emitidos pela Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, os instrumentos de procuração e os contratos com terceiros;
- c) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços;
- d) baixar atos para o cumprimento das decisões do Conselho de Administração;
- e) aplicar as penalidades que forem deliberadas pelo Conselho de Administração ou Assembléia Geral;
- f) elaborar ou determinar que sejam elaborados, para apreciação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral, Regimento Interno, Organogramas, Fluxogramas e Tabelas de Cargos e Salários.
- g) providenciar para que os demais membros do Conselho de Administração

 *lucio*



recebam, com a devida antecedência, cópias de documentos e informações sobre os quais tenham que se pronunciar nas reuniões;

h) convocar e presidir as Assembléias Gerais, bem como as reuniões do Conselho de Administração;

i) apresentar à Assembléia Geral:

I - Relatório da Gestão;

II - Balanços Gerais;

III - Plano ou Programa de Atividades para o exercício em curso, elaborado pelo Conselho de Administração.

j) representar a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

k) assinar os termos de eliminação ou exclusão de Cooperativas Associadas, nas fichas de matrícula;

l) supervisionar os atos de gestão;

Art. 45º - Ao Diretor Financeiro compete:

a) acompanhar a movimentação econômico-financeira e propor ao Conselho de Administração medidas ou providências julgadas convenientes;

b) assinar com o Diretor Presidente ou com o Diretor Secretário os cheques emitidos, instrumentos de procuração e contratos com terceiros;

c) demandar junto às organizações bancárias oficiais e privadas recursos destinados a repasses às Cooperativas Associadas, bem como a entidades governamentais ou privadas por projetos que promovam a cooperação e o desenvolvimento da agricultura familiar;

d) supervisionar todas as atividades relacionadas com a contabilidade, tesouraria, dados estatísticos, custos e orçamentos semestrais, bem como com a cobrança e a guarda de valores;

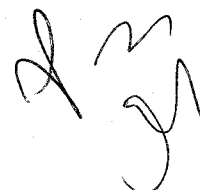
e) elaborar Programas e os seus respectivos Orçamentos para que possam ser apresentados ao Conselho de Administração;

f) elaborar, anualmente, Relatório de Gestão do exercício, que acompanhará as Demonstrações Financeiras, a ser submetido às Cooperativas Associadas, contendo os principais acontecimentos administrativos, financeiros e econômicos, inclusive o seu resultado;

Art. 46º - Ao Diretor Secretário compete:

a) organizar as atividades administrativas da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF;

b) lavrar ou coordenar a lavratura das Atas das Assembléias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração;



c) assinar com o Diretor Presidente ou com o Diretor Financeiro os cheques emitidos, instrumentos de procuração, contratos com terceiros, e individualmente, endossar cheques para depósito bancário;

d) manter estreito relacionamento com as administrações das Cooperativas Associadas visando o desenvolvimento social e econômico de todo o Sistema e particularmente, dos agricultores familiares;

e) coordenar as atividades do Comitê Educativo, elaborando o seu Regimento Interno e propondo os nomes de seus participantes ao Conselho de Administração;

f) fomentar atividades sociais, mediante Programas aprovados pelo Conselho de Administração que objetivem o desenvolvimento cooperativo, a confraternização e a harmonia entre todas as Cooperativas Associadas;

g) participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração.

Art. 47º - Aos Conselheiros compete a contribuição na execução das funções da Diretoria Executiva.

## CAPÍTULO XI

### Do Conselho Fiscal

Art. 48º - O Conselho Fiscal, será constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos associados de Cooperativas Associadas, eleitos pela Assembléia Geral da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF para um mandato de um ano, sendo permitida a reeleição de um terço dos seus membros efetivos e suplentes, assim considerados isoladamente;


Parágrafo 1º - A Assembléia Geral definirá a forma de remuneração dos membros do Conselho Fiscal.


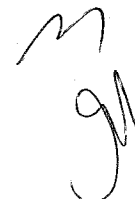
Parágrafo 2º - Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. Além dos que não se enquadrarem no Art. 65º deste Estatuto Social, os parentes dos diretores até o segundo grau em linha reta ou colateral, e nem os parentes entre si até esse grau.

Parágrafo 3º - Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa prévia, a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas.

Art. 49º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses, em dia e hora previamente fixados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de três dos seus membros.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal escolherá em sua primeira reunião, dentre os seus membros efetivos, um Coordenador e um Relator, aos quais caberá dirigir os trabalhos e redigir os relatórios e atas.

 *Assinatura*

Parágrafo 2º - As Reuniões serão convocadas pelo Coordenador, por qualquer dos seus membros, pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de Ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos Conselheiros presentes.

Art. 50º - Os membros do Conselho Fiscal que perderem a condição de Conselheiro serão substituídos, pelos Suplentes, convocados pelo Coordenador de acordo com a ordem decrescente de idade.

Parágrafo 1º - Ocorrendo mais de três vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deverá determinar a convocação da Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Parágrafo 2º - A cada Reunião, o Coordenador do Conselho Fiscal deverá convocar um Suplente para, em forma de rodízio, acompanhar a Gestão da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF.

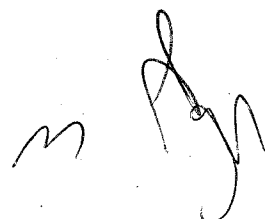
Art. 51º - O Conselho Fiscal exercerá assídua e minuciosa fiscalização sobre as operações e atividades da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, investigando fatos, colhendo informações e examinando livros e documentos, cabendo-lhe também, fazer análises de qualquer natureza, inclusive:

- a) lavrar em livro próprio atas com os relatórios dos exames procedidos;
- b) apresentar a Assembléia Geral Parecer sobre as operações da sociedade, tomando por base os Balanços semestrais e as contas do período;
- c) dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões de seu trabalho, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as irregularidades porventura constatadas, e convocar, extraordinariamente, em qualquer tempo, Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes devidamente documentados.

Parágrafo 1º - No desempenho de suas funções, poderá valer-se de assistência técnica externa, quando a importância ou complexidade dos assuntos o exigirem.

Parágrafo 2º - A fiscalização será exercida mediante programas tecnicamente preparados e adequados aos seus fins, incluindo:

- a) examinar a escrituração dos livros de tesouraria;
- b) contar mensalmente o saldo de dinheiro em caixa e denunciar a existência de documentos não escriturados;
- c) verificar se foram tomadas as providências cabíveis para a liquidação de eventuais débitos das Cooperativas Associadas em atraso;
- d) verificar se as despesas foram previamente aprovadas pelo Conselho de Administração;
- e) verificar o equilíbrio entre as despesas administrativas e as receitas para sua



cobertura;

- f) examinar os livros da Contabilidade Geral e os balancetes mensais e subscrevê-los, se os aprovar;
- g) verificar se o Conselho de Administração reuniu-se regularmente e se foram lavradas as respectivas Atas;
- h) verificar se a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF está em dia com os seus compromissos legais, fiscais, tributários, trabalhistas e de Previdência Social.

## CAPÍTULO XII

### Procedimentos Eleitorais

Art. 52º - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho de Administração criará uma Comissão Eleitoral com a seguinte composição:

- a) um membro do Conselho de Administração;
- b) um membro do Conselho Fiscal;
- c) dois Presidentes de Cooperativas Associadas.

Parágrafo 1º - Os Conselhos de Administração e Fiscal indicarão os nomes que farão parte da Comissão Eleitoral.

Parágrafo 2º - Os integrantes da Comissão Eleitoral atuarão em conjunto e estarão a disposição das Cooperativas Associadas, desde a data da publicação do Edital até a realização da eleição, recebendo inscrição de chapas até o último dia útil a anteceder a Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - Os integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos a qualquer cargo na respectiva Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - A Comissão Eleitoral deverá escolher um Coordenador entre seus integrantes.

Parágrafo 5º - A Comissão Eleitoral será constituída trinta dias antes da Assembléia Geral que tratará da matéria.

Art. 53º - O Presidente da Assembléia Geral, quando entrar em pauta o item relativo as eleições, repassará a condução dos trabalhos desta ao Coordenador da Comissão Eleitoral para que este dirija os trabalhos da eleição, compreendendo a apresentação das chapas, a discussão, a votação e a proclamação dos eleitos.



Parágrafo 1º - Para o ato de inscrição a Chapa deverá apresentar o nome, a assinatura e os respectivos cargos de todos os concorrentes.

Parágrafo 2º - Não será permitida a inclusão de uma mesma pessoa em duas chapas diferentes.

Art. 54º - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos membros do Conselho de Administração e Fiscal em exercício, consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca por mais de noventa dias.

Art. 55º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública, ou a propriedade.

Art. 56º - As funções da Comissão Eleitoral são:

- a) coordenar o processo eleitoral;
- b) receber a inscrição de chapas;
- c) conferir a elegibilidade de todos os candidatos;
- d) confeccionar as cédulas para votação, quando for o caso;
- e) deliberar sobre outras questões pertinentes ao processo eleitoral;
- f) apurar os votos e a declarar os eleitos.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disciplinará outras questões referentes ao processo eleitoral, não tratadas nessa seção.

### CAPÍTULO XIII

#### Do Balanço, Sobras, Perdas e Fundos Sociais

Art. 57º - O balanço geral, incluindo o confronto da receita e da despesa, será levantado no último dia do mês de dezembro de cada ano e instruído com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.





Art. 58º - As sobras líquidas apuradas no final de cada exercício serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 10 % (dez por cento) para o Fundo de Reserva;
- b) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- c) o saldo restante ficará a disposição da Assembléia Geral, que decidirá sobre a atribuição de juros ao capital integralizado, distribuição de sobras, capitalização ou formação de novos fundos sociais, observando a proposta do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

Art. 59º - Além dos previstos no artigo anterior e daqueles resultantes da aplicação de legislação sobre correções patrimoniais, a Assembléia Geral poderá criar outros Fundos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 60º - Além do percentual de dez por cento das sobras líquidas apuradas no balanço do exercício, reverterem em favor do Fundo de Reserva :

- a) os créditos não reclamados, decorridos três anos;
- b) os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 61º - Quando ao final do exercício se verificarem prejuízos e o Fundo de Reserva for insuficiente para cobri-los, esses serão rateados pelas associadas.

## CAPÍTULO XIV

### Dissolução e Liquidação

Art. 62º - A Sociedade dissolver-se-á voluntariamente quando assim deliberar a Assembléia Geral através de votos de, pelo menos, dois terços dos membros, salvo se o número mínimo de três associadas se dispuserem a assegurar a sua continuidade.

Parágrafo Único - Além da deliberação espontânea da Assembléia geral, de acordo com os termos deste artigo, acarretarão a dissolução da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF:

- a) a alteração de sua forma jurídica;
- b) a redução do número de associadas a menos de três ou de seu capital social a um valor inferior ao estipulado no art. 15º. deste Estatuto, se até a Assembléia Geral subsequente, realizada no prazo não superior a seis meses, eles não forem restabelecidos;
- c) a paralisação de suas atividades normais por mais de cento e vinte dias.

## CAPÍTULO XV

### Da Inspeção e Auditoria



Art. 63º - A Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF procederá inspeções periódicas nas atividades das Cooperativas Associadas, diretamente, por meio de verificações no local e, indiretamente, pelo exame de documentos e relatórios na própria Unidade Central, verificando o cumprimento dos normativos oficiais e internos;

Parágrafo 1º - O resultado de cada inspeção constará de relatório próprio, sendo uma via encaminhada ao Presidente da Cooperativa associada e outra ao Coordenador do Conselho Fiscal, cabendo-lhes acusar o recebimento e, no mesmo expediente, obedecido o prazo estipulado pela Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, relatar, comprovadamente a execução das providências exigidas.

Parágrafo 2º - Será regulamentado no regimento interno as competências, mecanismos e critérios a serem utilizados para notificação e pedido de providência em relação as infrações.

## CAPÍTULO XVI

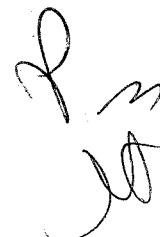
### Das Disposições Gerais

Art. 64º - Será negado pedido de readmissão, pelo prazo de dois anos, à Cooperativa Associada, desligada do quadro social por eliminação.

Art. 65º - São condições básicas para o exercício de cargos eletivos:

- a) ter reputação ilibada, aferida por meio de informações cadastrais disponíveis;
- b) não estar impedido por lei;
- c) não ter títulos protestados nem ter sido responsabilizado em ação judicial;
- d) inexistência de parentesco até segundo grau em linha reta ou colateral entre os componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- e) não ser cônjuge de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- f) não ter participado como sócio ou administrador de firma ou sociedade que no período de sua participação ou administração tenha tido títulos protestados ou tenha sido responsabilizado em ação judicial, ou tenha tido conta encerrada por uso indevido de cheque;
- g) não ser falido ou concordatário, nem ter pertencido a firma ou sociedade que se tenha subordinado a tal situação;
- h) não ter participado da administração de instituições, inclusive cooperativas, cuja autorização de funcionamento tenha sido caçada ou não prorrogada ou que tenha estado ou esteja em liquidação extrajudicial, falência ou concordata, ou sob intervenção;
- i) não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os empregados das cooperativas associadas.

 *lucio*



Art. 66º - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos de acordo com a lei, com os princípios cooperativistas ou por deliberação de Assembléia Geral.

O presente Estatuto Social foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2022.

*Celestino Benatti dos Santos*  
Celestino Benatti dos Santos  
Diretor Presidente

*Lucas Daniel Filizardo*  
Lucas Daniel Filizardo  
Diretor Secretário



**TERMO DE AUTENTICIDADE**

Eu, IVAN LAZAROTTO, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 051273/O-6, inscrito no CPF nº 01710246995, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
01710246995	051273/O-6	IVAN LAZAROTTO



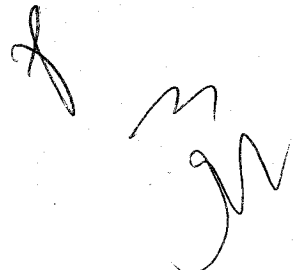

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/07/2022 14:05 SOB Nº 20224902482.  
PROTOCOLO: 224902482 DE 21/07/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12209480706. CNPJ DA SEDE: 05645364000142.  
NIRE: 41400015424. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/07/2022.  
COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO  
SOLIDARIA-SISCLAF

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

ATA Nº. 14 DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ – 05.645.364/0001-42 NIRE – 41400015424.

Aos dezoito (18) dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois (2022), reuniu-se, em Terceira Convocação, às 15:00 (quinze) horas, o quadro social da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, na Assessor, sito a Av. General Osório n. 500, Bairro Congo, na cidade de Francisco Beltrão PR; em Assembléia Geral Extraordinária. Constatado haver quorum legal com a presença de 05 de suas 06 cooperadas. O Presidente Sr. Celestino Benatti dos Santos abriu a sessão convidando os membros do conselho de administração para tomar assento à mesa, composta a mesa, foi nomeado pela assembleia presidente AD-HOC Antonio Natalino Gonçalves, e Secretário Ivan Lazarotto, para conduzir os trabalhos de votação. O secretário fez a leitura do Edital de Convocação, que foi fixado nas dependências da Sede, comunicado aos cooperados por cartas circulares e publicado no Jornal de Beltrão, página 8 (oito) do dia 01 de Fevereiro de dois mil e vinte e dois (2022): COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDARIA SISCLAF. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. O Presidente da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária, inscrita no CNPJ sob nº. 05.645.364/0001-42, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca o seu quadro social, para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 de Fevereiro de 2022, na Assessor, sito a Av. General Osório n. 500, bairro Congo, na cidade de Francisco Beltrão -PR; por não haver espaço na sede Social. A instalação da Assembléia será às 13:00 (treze) horas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados, às 14:00 (Quatorze) horas, em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um e em terceira convocação às 15:00 (Quinze) horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para tratarem da seguinte ordem do dia: I – Alteração estatutária. II – Assuntos gerais de interesse da sociedade. Francisco Beltrão, 01 de fevereiro 2022. Celestino Benatti dos Santos - Presidente do Sisclaf. Terminada a leitura do Edital, colocou-se em pauta o primeiro item da ordem do dia: I - Alteração estatutária: Discussão e deliberação sobre alteração do artigo 1º do estatuto social com proposta de exclusão da letra "b" (encerramento da filial de Itapejara do Oeste) e readequação das demais letras. O item foi apresentado, sendo aprovado por unanimidade pela assembleia o encerramento da Filial de Itapejara do Oeste. Alterando-se o artigo 1º do estatuto social, excluindo a letra "b" e readequação das demais letras, onde agora passa a constar no artigo 1º do Estatuto Social: a) sede, administração e foro jurídico na cidade de Francisco Beltrão, sito a Rua Gaspar Silveira Martins, nº 93, sala 1, Bairro Cristo Rei, CEP 85.602-060, Estado do Paraná; b) área de ação abrangendo todo o território nacional, atendendo ao objetivo de integração cooperativa; c) prazo de duração indeterminado; d) exercício social, com duração de 12 meses, com início em 1º. de Janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. II – Assuntos Gerais de interesse da sociedade;



ATA Nº. 14 DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ - 05.645.364/0001-42 NIRE - 41400015424.

Não tendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a assembléia onde o presidente, encerrou os trabalhos, determinando a mim, Diretor Secretario para que lavrasse a presente Ata, que vai ser assinada pelo Diretor Presidente e Diretor Secretario. Certificamos que a presente Ata é cópia fiel número 14 (quatorze) lavrada no livro de Atas de Assembléias Gerais. Por ser verdade firmamos. Francisco Beltrão, 18 de Fevereiro de 2022.

*Celestino Benatti dos Santos*  
Celestino Benatti dos Santos  
Diretor Presidente

*Lucas Daniel Filizardo*  
Lucas Daniel Filizardo  
Diretor Secretario

1º Tabelionato de Notas  
SARAFEL FRANCISCO SANTOS LEAL  
TABELIAO

F482X:hUqtp.fDha2-dOhjm.TZQjv  
<https://selo.funapen.com.br/>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
CELESTINO BENATTI DOS SANTOS CPF nº  
581.142-69-87 Dou fé. Em test. da  
verdade. Emolumentos: R\$8,11

Francisco Beltrão, 31 de maio de 2022  
Simone Vansetto - Escrevente - Portaria 06/2022

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 934 Centro - Francisco Beltrão/PR - 85601-030  
46 2601-0321 | 2601-0322 - www.1tabelionato.net.br

1º Tabelionato de Notas  
SARAFEL FRANCISCO SANTOS LEAL  
TABELIAO

F482X:hUqtp.fDha2-dOxGA.TZQjT  
<https://selo.funapen.com.br/>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: LUCAS  
DANIEL FILIZARDO CPF nº 074.853.343-09, Dou fé.  
Em test. da verdade. Emolumentos: R\$8,11

Francisco Beltrão, 01 de junho de 2022  
Luana Nonato Piekler - Escrevente - Portaria 03/2022

Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 934 Centro - Francisco Beltrão/PR - 85601-030  
46 2601-0321 | 2601-0322 - www.1tabelionato.net.br

*Simone Vansetto*  
*Luana Nonato Piekler*



ATA Nº. 19 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ - 05.645.364/0001-42 NIRE - 41400015424.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte um (2021), reuniu-se, em Terceira Convocação, às 09:00 (nove) horas, o quadro social da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária - SISCLAF, na sede social, sito a Rua Gaspar Silveira Martins, nº 93, sala 1, Bairro Cristo Rei, na cidade de Francisco Beltrão PR, em Assembléia Geral Ordinária. Constatado haver quorum legal com a presença de 05 de suas 6 cooperadas. Na ausência do Presidente Sr. Valmir Priamo, a secretária da cooperativa sra. Luci Aparecida Comiran Baraldi abriu a sessão convidando os membros do conselho de administração para tomar assento à mesa, composta a mesa, foi nomeado pela assembleia para presidente AD-HOC Antonio Natalino Gonçalves e Secretário AD-HOC Ivan Lazarotto, para conduzir os trabalhos de votação. O Sr. Antonio Natalino Gonçalves fez a leitura do Edital de Convocação, que foi fixado nas dependências da Sede e comunicado aos cooperados por carta circular 01/2021 no dia 13/02/2021 e publicado no Jornal de Beltrão, página 2A do dia 13 de Fevereiro de dois mil e vinte e um: COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA SISCLAF ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO O Presidente da Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária, inscrita no CNPJ sob nº. 05.645.364/0001-42, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca o seu quadro social, para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de Fevereiro de 2021, na sede social, sito a Rua Gaspar Silveira Martins, nº 93, sala 1, Bairro Cristo Rei, na cidade de Francisco Beltrão PR; A instalação da Assembléia será às 07:00 (sete) horas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número dos associados, às 08:00 (oito) horas, em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um e em terceira convocação às 09:00 (nove) horas, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados, para tratarem da seguinte ordem do dia: I - Prestação de Contas do exercício de 2020. II - Destinação das sobras ou rateio das perdas do exercício de 2020. III - Eleição do Conselho de Administração para o exercício de 2021 à 2023. IV - Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 2021. V - Reembolso de despesas dos diretores e Conselho Fiscal. VI - Discussão e deliberação de concessão de poderes para a diretoria obter empréstimos/financiamentos, para o exercício de 2021 à 2023. VII - Discussão e deliberação de concessão de poderes para a Diretoria adquirir ou vender bens imobilizados, para o exercício de 2021 à 2023. VIII- Assuntos gerais de interesse da sociedade. Francisco Beltrão, 13 de Fevereiro de 2021. Valmir Priamo Presidente do SISCLAF. Terminada a leitura do Edital, colocou-se em pauta o primeiro item da ordem do dia: I - Prestação de Contas do exercício de 2020; Relatórios financeiros com parecer do conselho fiscal, onde consta o total de Despesas de R\$ 115.544,12 (Cento e quinze mil quinhentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) e das Receitas de R\$ 81.448,34 (Oitenta e um mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos). Tendo uma perda de R\$ 34.095,78 (Trinta e quatro mil e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos). Foi lido por um membro do Conselho Fiscal o parecer onde constava que diante do que foi verificado no decorrer do exercício de 2020, os membros do Conselho Fiscal do SISCLAF aprovam as contas apresentadas. Após uma avaliação, as contas foram aprovadas por unanimidade pelos cooperados presentes na



*Assinatura do Presidente*

*Eleição de Bsculos*

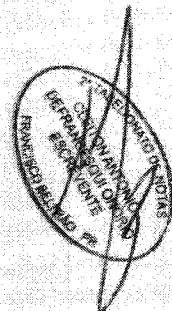
*M g*



2

**ATA Nº. 19 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ - 05.645.364/0001-42 NIRE - 41400015424.**

Assembléia. II – Destinação das sobras ou rateio das perdas do exercício de 2020; Perda de R\$ 34.095,78 (Trinta e quatro mil e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), foi decidido pela assembléia para compensar a perda com o fundo de reserva. III – Restituição de Capital Social por demissão, eliminação ou exclusão. Não teve pedido de baixa. Antes de entrar nos próximos itens da ordem do dia, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos por quinze minutos para que fossem apresentadas as chapas para os Conselhos Administrativo e Fiscal. IV - Eleição do Conselho de Administração para o exercício de 2021 a 2023. Foi apresentado os nomes do Conselho de Administração e em seguida posto em votação, sendo todos aprovados por unanimidade, para Presidente; **Celestino Benatti dos Santos**, filho de Daniel Jose dos Santos e Adelaide Benatti dos Santos, brasileiro, natural de Santo Antonio do Sudoeste - PR, maior, casado com regime de casamento comunhão Parcial de bens, nascido em 23/04/1964, agricultor, portador do RG nº. 407.460.607-2, expedida em 02/05/1995 pela SSP-RS e CPF nº. 581.142.469-87, residente e domiciliado na Linha KM 10, zona rural do município de Santo Antonio do Sudoeste - PR, CEP 85.710-000. Para Diretor Financeiro; **Luci Aparecida Comiran Baraldi**, filha de Selvino Comiran e Maria de Lourdes Bosi Comiran, brasileira, natural de Chopinzinho - PR, maior, casada com regime de casamento comunhão Parcial de bens, nascida em 25/02/1966, agricultora portadora do RG nº. 3.516.743-9, expedida em 26/08/2011 pela SSP-PR e CPF nº. 595.430.519-68, residente e domiciliada na Linha Capinzal, zona rural do município de Chopinzinho - PR, CEP 85.560-000. Para Diretor Secretário; **Lucas Daniel Filizardo**, filho de Vilmar Filizardo e Nelsi Filizardo, brasileiro, natural de Dois Vizinhos - PR, maior, casado com regime de casamento comunhão universal de bens, nascida em 05/10/1990, do sexo masculino, agricultor, portador do RG nº. 10.254.133-2, expedida em 10/12/2004 pela SSP-PR e CPF nº. 076.853.349-09, residente e domiciliado na Linha Barra do Lajeado Grande, zona rural do município de Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000. Foram eleitos os seguintes cooperados para Conselheiros; **Jose Inacio Steffen**, filho de Aluisio Leopoldo Steffen e Guisela Bencke Steffen, brasileiro, natural de Aratiba - RS, maior, casado com regime de casamento comunhão Universal de bens, nascido em 05/05/1966, agricultor, portador do RG nº. 707.092.133-8, expedida em 18/05/1994 pela SSP-RS e CPF nº. 544.151.790-53, residente e domiciliado na Linha Santa Inês, zona rural do município de Chopinzinho - PR, CEP 85.560-000. **Paulo Cesar de Castro**, filho de Altamiro de Castro e Lourdes de Castro, brasileiro, natural de Planalto - PR, maior, casado com regime de casamento comunhão universal de bens, nascido em 28/06/1971, agricultor, portador do RG nº. 5.543.785-8, expedida em 18/11/1988 pela SSP-PR e CPF nº. 805.741.909-10, residente e domiciliado na Linha Chopinzinho, zona rural do município de Honório Serpa - PR, CEP 85.548-000. **Ademar da Silva**, filho de Adão Antonio da Silva e Alaides Avila da Silva, brasileiro, natural de Itapejara do Oeste- PR, maior, casado com regime de casamento comunhão universal de bens, nascido em 18/05/1971, do sexo masculino, agricultor, portador do RG nº. 5.712.650-7, expedida em 14/04/1989 pela SSP-PR e CPF nº. 797.798.169-68, residente e domiciliado na Linha São João, zona rural da cidade de Itapejara D' Oeste - PR, CEP 85.580-000; **Zenaide Rodrigues dos Santos**, filha de José Rodrigues e Maria Duarte Rodrigues, brasileira, maior natural de Maringá - PR, casada em regime de



*Luci Aparecida Comiran Baraldi*

*Celestino Benatti dos Santos*

*M. G. N.*

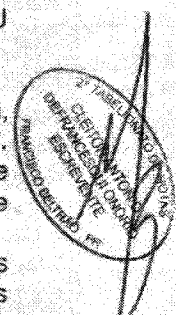




3

**ATA Nº. 19 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ - 05.645.364/0001-42 NIRE - 41400015424.**

casamento Separação de bens, nascida em 04/10/1957, do sexo feminino, agricultora, portadora do RG nº. 3.120.088-1, expedida em 18/10/1979 pela SSP-PR e CPF nº. 980.382.229-20, residente e domiciliada na Linha Primeiro de Maio, zona rural da cidade de Salto do Lontra - PR, CEP 85.670-000. Os eleitos declaram que não há relação de parentesco entre os mesmos até segundo grau em linha reta e colateral. Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Os eleitos são empossados nesta data com mandato até assembleia geral ordinária de 2024. V - Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 2021. Foi apresentado os nomes do Conselho Fiscal, em seguida posto em votação foi aprovado a eleição de todos por unanimidade, sendo eleito os seguintes cooperados: Para Conselho Fiscal Efetivo foram eleitos os seguintes cooperados: **Paulo Flyssak**, filho de Pedro Flyssak e Laura Flyssak, brasileiro, natural de Porto União - SC, maior, solteiro, nascido em 27/02/1954, agricultor, portador do RG nº. 1.854.131-9, expedida em 22/04/2008, pela SSP-PR e CPF nº. 368.986.439-91, residente e domiciliado na Linha Maschio, zona rural do município de Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000 **José Moreno**, filho de Ernesto Moreno e Maria Herminia Moreno, brasileiro, natural de Itapejara D' Oeste - PR, maior, casado com regime de casamento comunhão universal de bens, nascido em 21/03/1965, agricultor, portador do RG nº. 3.986.540-8, expedida em 25/08/1983 pela SSP-PR e CPF nº. 553.951.399-15, residente e domiciliado na Linha Bossi, zona rural do município de Itapejara D' Oeste - PR, CEP 85.580-000. **Paulo Sergio da Silva**, filho de Jose da Silva e Nelsa Joana da Silva, brasileiro, maior natural de Dois Vizinhos - PR, casado em regime de casamento comunhão Parcial de bens, nascido em 30/01/1974, do sexo masculino, agricultor, portador do RG nº. 7.084.214-9, expedida em 14/04/1994 pela SSP-PR e CPF nº. 017.230.329-05, residente e domiciliado na Linha Santo Antonio, zona rural da cidade de Salto do Lontra - PR, CEP: 85.670-000. E para Conselho Fiscal Suplente foram eleitos os seguintes cooperados: **Gilberto Polese**, filho de Ancelmo Polese e Ides Brustolin, brasileiro, natural de Coronel Vivida - PR, maior, casado com regime de casamento comunhão Parcial de Bens, nascido em 12/01/1964, agricultor, portador do RG nº. 48633137, expedida em 05/12/1986 pela SSP-PR e CPF nº. 631.509.729-49, residente e domiciliado na Linha Coronel Vivida, zona rural do município de Honório Serpa - PR, CEP 85.548-000. **Aelton Jose Kerber**, filho de Lereno Jose Kerber e Tereza Maria Kerber, brasileiro, natural de Santo Antonio do Sudoeste-PR, maior, casado com regime de casamento parcial de bens, nascido em 06/07/1969, do sexo masculino, agricultor, portador do RG nº. 5.043.934-8, expedida em 30/06/1987 pela SSP-PR e CPF nº. 042.830.069-39, residente e domiciliado na Linha Bonita, zona rural do município de Santo Antonio do Sudoeste - PR, CEP 85.710-000. **Valdecir Ferreira de Oliveira**, filho de Antonio Ferreira de Oliveira, brasileiro, natural de Coronel Vivida - PR, maior, solteiro, nascido em 14/11/1976, agricultor, portador do RG nº. 7.386.912-9, expedida em 27/04/1995 pela SSP-PR e CPF nº. 040.507.739-45, residente e domiciliado na Linha Vaca Branca, zona rural do município de Honório Serpa - PR, CEP 85.548-000. Os eleitos declaram que não há relação de parentesco entre os mesmos até segundo grau em linha reta e colateral. Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade



*Ass. Prod. Rur. Santo Antônio do Sudoeste*

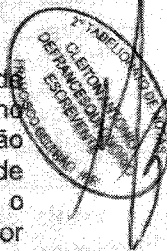
*Ass. Prod. Rur. Santo Antônio do Sudoeste*



4

ATA Nº. 19 DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF CNPJ - 05.645.364/0001-42 NIRE - 41400015424.

mercantil. Os eleitos são empossados nesta data. VI - Reembolso de despesas de diretores e conselho fiscal. Foi apresentado e ficou aprovado e definido o reembolso no valor de 15% do salário mínimo pela diária, sendo definido a despesa de alimentação fica a cargo de cada diretor e conselho fiscal. VII - Discussão e deliberação de concessão de poderes para a diretoria obter empréstimos/financiamentos, para o exercício de 2021 à 2023. O item foi apresentado e aprovado pela assembleia por unanimidade a concessão de poderes para a diretoria obter empréstimos/financiamentos junto a instituições financeiras, até a assembleia geral ordinária de 2024. VIII - Discussão e deliberação de concessão de poderes para a Diretoria adquirir ou vender bens imobilizados, para o exercício de 2021 à 2023. O item também foi apresentado e aprovado pela assembleia por unanimidade dando poderes a diretoria de adquirir ou vender bens imobilizados, até a assembleia geral ordinária de 2024. IX - Assuntos gerais de interesse da sociedade. Foi falado sobre os projetos e entregas de produtos no mercado institucional. Antonio apresentou um demonstrativo da movimentação de associados em cada cooperativa. Não tendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a assembleia onde o presidente, encerrou os trabalhos, determinando a mim, Diretor Secretário para que lavrasse a presente Ata, que vai ser assinada pelo Diretor Presidente e Diretor Secretário. Certificamos que a presente Ata é cópia fiel número 18 (dezoito) lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais, número 02 (um) Ata é cópia fiel número 18 (dezoito) lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais, número 02 (dois). Por ser verdade firmamos. Francisco Beltrão, 26 de fevereiro de 2021.



JALE

*Celestino B. Santos*  
Celestino Benatti dos Santos  
Diretor Presidente

*Lucas Daniel Filizardo*  
Lucas Daniel Filizardo  
Diretor Secretário



**TABELIONATO DE NOTAS**  
Matrícula e Carteira de Santo Antônio do Sudoeste - PR  
Ricardo Levi Jales de Brito - Tabelião  
Av. Brasil, 1477 - Centro - CEP: 85715-0000  
Fone: (49) 3564-128  
cartoriojales.sas@gmail.com  
Selo Nº 1211245 VAA0099089120217  
Consulte o site: www.jale.com.br para mais informações

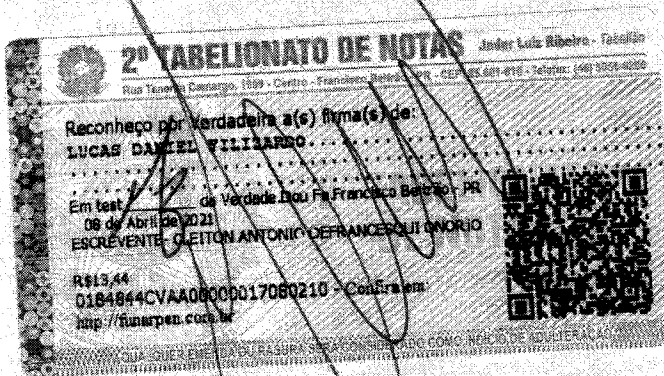
Reconheço a firma por **Semelhante** de **CELESTINO BENATTI DOS SANTOS** Deputado  
Santo Antônio do Sudoeste - PR, 01 de abril de 2021.  
Em Teste da Verdade.

Vanderlei Pavanello Cavali - Escrevente  
Emo: R\$4,70 (VRC 2173); Funrejus: R\$1,18; Selo: R\$0,00;  
FUNDEF: R\$0,24; ISSQN: R\$0,14 Total: R\$6,16

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*



*[Handwritten signature]*

**TERMO DE AUTENTICIDADE**

Eu, IVAN LAZAROTTO, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 051273, expedida em 09/11/2005, inscrito no CPF nº 01710246995, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
01710246995	051273	IVAN LAZAROTTO



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/04/2021 09:14 SOB Nº 20212340522.  
PROTOCOLO: 212340522 DE 16/04/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12102577488. CNPJ DA SEDE: 05645364000142.  
NIRE: 41400015424. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/04/2021.  
COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO  
SOLIDARIA-SISCLAF

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DA CIDADANIA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

**CELESTINO BENATTI DOS SANTOS**

CONSIGNATARIO DO TITULO

CONSIGNATARIO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4074606072 DATA 02/05/1975

CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

FILIAÇÃO DANIEL JOSE DOS SANTOS ADELAIDE BENATTI DOS SANTOS

NATURALIDADE STO ANTONIO DO SUDOESTE PR DATA DE NASCIMENTO 23/04/1964

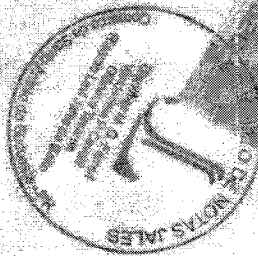
DOC ORIGEM C CAS 2500 STO ANT SUDOESTE PR LV 811 FL 46

CPF 581142469/87 \*\*\*\*\*X\*\*/\*

PORTO ALEGRE-RS

15038

LEI Nº 7.116 DE 25/09/63



**AUTENTICACAO**

A presente fotocópia é reconhecida por este documento apresentado para fins de autenticação.

19 FEV. 2021

*[Assinatura]*

Porto Alegre, RS

Reitoria do Instituto de Identificação

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria de Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS**

Nome **CELESTINO BENATTI DOS SANTOS**

Nº de Inscrição **581142469-87**

Data de Nascimento **23/04/64**

**03/03/20**

Este documento é uma cópia de um documento de CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF, reconhecido e autenticado por este documento, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

**CADASTRO DE PESSOAS FISICAS**

**CELESTINO BENATTI DOS SANTOS**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

Emitido em: 03/03/20



**AUTENTICACAO**

A presente fotocópia é reconhecida por este documento apresentado para fins de autenticação.

19 FEV. 2021

*[Assinatura]*

Porto Alegre, RS

Reitoria do Instituto de Identificação

*2*

*m*



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO  
SOLIDARIA**  
**CNPJ: 05.645.364/0001-42**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:08:25 do dia 06/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/06/2023.

Código de controle da certidão: **E8FE.4FE1.8DC2.E4CB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

8

m

m

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 05.645.364/0001-42  
**Razão Social:** COOP CENTRAL DE LEITE DA AGRIC FAM COM INT SOLIDARIA  
**Endereço:** AV GENERAL OSORIO 440 SALA 09/10 / CANGO / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85604-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/12/2022 a 08/01/2023

**Certificação Número:** 2022121000500268993796

Informação obtida em 21/12/2022 17:37:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.645.364/0001-42

Certidão nº: 43516382/2022

Expedição: 06/12/2022, às 10:52:59

Validade: 04/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.645.364/0001-42**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

**Nº 028735350-54**

/

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.645.364/0001-42**

Nome: **COOP CENTRAL DE LEITE DA AGRIC FAM COM INTERACAO SOLIDARIA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

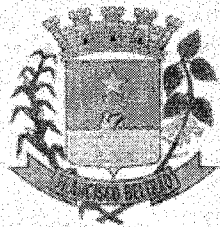
Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 05/04/2023 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)

2

3  
JM



**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**  
ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**Nº47660/2022**

**RAZÃO SOCIAL:** COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA

**CNPJ:** 05.645.364/0001-42

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 92541

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ALVARÁ:** 92541

**ENDEREÇO:** R GASPAR SILVEIRA MARTINS, 93 - Q 363 L 24 - CRISTO REI CEP: 85602060 Francisco Beltrão - PR

**ATIVIDADE:** Comércio atacadista de leite e laticínios

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

<b>DATA</b>	<b>DE</b>	<b>EMIÇÃO:</b>	06/12/2022
<b>DATA</b>	<b>DE</b>	<b>VALIDADE:</b>	04/06/2023
<b>FINALIDADE:</b>			<b>VERIFICAÇÃO</b>
<b>CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:</b> 9ZTMHBUFFHMZ4X2HQ2E8			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br)

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 06/12/2022 - 11:05:28

Qualquer rasura invalidará este documento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



LICENÇA SANITÁRIA  
Número 1555 / 2022

Nome Fantasia: SISCLAF  
Razão Social: COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRIC FAMILIAR COM INTERACAO SOLIDARIA  
CPF/CNPJ: 05.645.364/0001-42  
Município: FRANCISCO BELTRAO  
Logradouro: Gaspar Silveira Martins  
Bairro: Cristo Rei  
CEP: 85602060 Número: 93

Principal: 1523 Comércio atacadista de leite e laticínios C.N.A.E. 4631100

Responsável Técnico:

Local e Data: Francisco Beltrão, 07/12/2022

Validade: 07/12/2023

Observações:



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DE87-36CE-8210-2664

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ARNALDO RAFAEL DONATTI (CPF 057.XXX.XXX-45) em 07/12/2022 10:18:27 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://franciscobeltrao.1doc.com.br/verificacao/DE87-36CE-8210-2664>



**DECLARAÇÃO DE QUE OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM  
ENTREGUES SÃO PRODUZIDOS PELOS ASSOCIADOS/COOPERADOS**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022**

A  
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

A **COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR  
COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF**, inscrita no CNPJ nº. 05.645.364/0001-42, com sede na Rua Gaspar Silveira Martins, 93, CEP: 85.660-060, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, **Sr. Celestino Benatti dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 407.460.607-2, e CPF nº 581.142.469-87, **DECLARA** para os devidos fins e especialmente para participação no Chamamento Público nº 019/2022, instaurado pelo Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, que os gêneros alimentícios que serão entregues são produzidos pelos associados relacionados no Projeto de Venda.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Francisco Beltrão/PR, 05 de dezembro de 2022

**CELESTINO BENATTI DOS SANTOS**

CPF: 581.142.469-87

Diretor Presidente - SISCLAF



**DECLARAÇÃO DE QUE OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM  
ENTREGUES SÃO ORIUNDOS DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022**

A  
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF, inscrita no CNPJ nº. 05.645.364/0001-42, com sede na Rua Gaspar Silveira Martins, 93, CEP: 85.660-060, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, **Sr. Celestino Benatti dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 407.460.607-2, e CPF nº 581.142.469-87, **DECLARA** para os devidos fins e especialmente para participação no Chamamento Público nº 019/2022, instaurado pelo Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, que os gêneros alimentícios que serão entregues são oriundos de produção própria.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Francisco Beltrão/PR, 05 de dezembro de 2022

CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

CPF: 581.142.469-87

Diretor Presidente - SISCLAF



**DECLARAÇÃO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL DE  
RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DE ATENDIMENTO DO LIMITE  
INDIVIDUAL DE VENDA DE SEUS COOPERADOS/ASSOCIADOS**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022**

A  
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF, inscrita no CNPJ nº. 05.645.364/0001-42, com sede na Rua Gaspar Silveira Martins, 93, CEP: 85.660-060, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, **Sr. Celestino Benatti dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 407.460.607-2, e CPF nº 581.142.469-87, **DECLARA** que se responsabiliza pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Francisco Beltrão/PR, 05 de dezembro de 2022

CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

CPF: 581.142.469-87

Diretor Presidente - SISCLAF





**DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO INCISO III, DO ART. 9º DA LEI 8.666/93**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022**

A  
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF, inscrita no CNPJ nº. 05.645.364/0001-42, com sede na Rua Gaspar Silveira Martins, 93, CEP: 85.660-060, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, **Sr. Celestino Benatti dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 407.460.607-2, e CPF nº 581.142.469-87, **DECLARA** para os devidos fins e especialmente para participação no Chamamento Público nº 019/2022, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo Chamamento Público nº 019/2022.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Francisco Beltrão/PR, 05 de dezembro de 2022

CELESTINO BENATTI DOS SANTOS

CPF: 581.142.469-87

Diretor Presidente - SISCLAF





**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO  
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E  
DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2022**

À  
COMISSÃO ESPECIAL PARA CREDENCIAMENTO

**A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM  
INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF**, inscrita no CNPJ nº. 05.645.364/0001-42, com  
sede na Rua Gaspar Silveira Martins, nº93, CEP: 85.660-060, no Município de Francisco  
Beltrão, Estado do Paraná, por intermédio de seu representante legal, **Sr. Celestino  
Benatti dos Santos**, portador da Carteira de Identidade nº 407.460.607-2, e CPF nº  
581.142.469-87, **DECLARA** para os devidos fins e especialmente para participação no  
Chamamento Público nº 019/2022 que:

- I – Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- II – Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- III – Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de credenciamento exigidas na .

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Francisco Beltrão/PR, 05 de dezembro de 2022

CELESTINO BENATTI DOS SANTOS  
CPF: 581.142.469-87  
Diretor Presidente – SISCLAF

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO****CONTRATO Nº 12/2021**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE  
LEITE EM IOGURTE E LEITE INTEGRAL  
PASTEURIZADO, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM COOPERATIVA CENTRAL  
DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR  
SOLIDÁRIA DO OESTE DO PARANÁ, E  
O/A COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE  
DA AGRICULTURA FAMILIAR COM  
INTERAÇÃO SOLIDÁRIA.

A COOPERATIVA CENTRAL DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DO OESTE DO PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF nº. 09.097.647/0003-10, com sede na Rua Maringá, 1968, CEP: 85.804-200, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, representada neste ato por seu Presidente SRA. MARIA MATILDE MACHADO, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.755.629-48, doravante denominada de CONTRATADA e, de outro lado, COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.645.364/0001-42, com sede na Rua Gaspar Silveira de Martins nº 93, Bairro Cristo Rei, Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu representante legal, SR. CELESTINO BENATTI DOS SANTOS, inscrito no CPF/ MF sob o nº 581.142.469-87, doravante denominado CONTRATANTE, tem como justo e acordado o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O objeto do presente contrato é a contratação da COOPERATIVA CENTRAL DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DO OESTE DO PARANÁ para composição, empacotamento e distribuição de iogurte nos sabores de coco, pêssego e morango, e pasteurização e empacotamento de leite pasteurizado da COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA, para fornecimento aos editais de Chamadas público nº 001/2021 FUNDEPAR, e editais de chamada pública de prefeituras municipais, com finalidade de alimentação escolar de Municípios e do Estado do Paraná.

## CLÁUSULA SEGUNDA

O presente instrumento vigorará de 13.12.2021 a 31.12.2023, podendo através de aditivo ser prorrogado ao término do prazo, com a concordância de ambas as partes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

É responsabilidade da Contratada, Cooperativa Central de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Solidária do Oeste do Paraná os seguintes processos:

- a. A pasteurização do leite cru refrigerado, disponibilizado pela CONTRATANTE;
- b. Empacotamento do leite pasteurizado integral, conforme pedido da CONTRATANTE;
- c. A formulação do iogurte nos sabores de coco, pêssego e morango, conforme pedido com as matérias-primas selecionadas, resultando em misturas homogêneas de excelente qualidade;
- d. O empacotamento do iogurte, conforme demanda da CONTRATANTE;
- e. Disponibilizar caixas plásticas para armazenamento e transporte dos produtos;
- f. Realizar distribuição dos produtos e comprovar os custos para reembolso junto a CONTRATANTE.

*Parágrafo único* — Os produtos ora industrializados serão comercializados pela CONTRATANTE nos programas PNAE e outros junto às escolas estaduais ou municipais, devendo ser manipulados em conformidade com as normas legais e com normas estabelecidas nos editais de chamada pública, cuja a responsabilidade pelo serviço de industrialização será integralmente da CONTRATADA.

## CLÁUSULA QUARTA

É responsabilidade da CONTRATANTE:

- a. O valor do CONTRATANTE para CONTRATADA referente a prestação de serviços será definida posteriormente, após início do processamento, conforme custos e volume de Leite e Iogurte retirado no laticínio da CONTRATADA, Br 277, KM 572, Lote 95, Zona Rural de Cascavel. Comprovado mediante romaneio de retirada e/ou nota promissória;
- b. O pagamento aos fornecedores de leite cru utilizado na produção até o 23º dia do mês seguinte ao mês de referência, com valor variável de acordo com as resoluções mensais do valor do litro de leite definido pelo Conseleite Paraná;
- c. O pagamento para a CONTRATADA dos serviços de industrialização, serão realizados conforme o recebimento de vendas da CONTRATANTE, limitando-se ao prazo de 60 dias do término do mês de competência;
- d. Informar a contratada com antecedência de 07 (sete) dias as quantidades de produto acabado necessário, para cumprir seu projeto de venda;
- e. Disponibilizar embalagens para o Leite e para o Iogurte com marca "CLAF";
- f. Planejar logística e custear o valor aplicado na logística dos produtos comercializados.

**CLÁUSULA QUINTA**

O descumprimento de normas ou prazos, sujeitará a parte culpada o pagamento de indenização por prejuízos e danos causados além das responsabilidades aplicáveis na forma da legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA**

Fica eleito o Fórum da Comarca de Cascavel-PR, para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Cascavel – PR, 13 de dezembro de 2021.

FIRM. RECONHECIDA  
2º TABELIONATO

**COOP. CENTRAL DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO  
DA AGR. FAM SOLIDARIA DO OESTE DO PR - SISCOOPLAF**

CNPJ:09.097.647/0003-10

**CONTRATADA**

*Leustino B. Santos*

**COOP. CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR  
COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - SISCLAF**

CNPJ/MF: 05.645.364/0001-42

**CONTRATANTE**

Testemunhas:

Nome: *Antonio Matheus Gonçalves*  
CPF: 696.733.579-00  
RG: 5615.455-8

Nome:  
CPF:

2º TABELIONATO DE NOTAS

Selo n° F220X.7kgq. res35-4088.Typo

Consulte este selo em [funarpen.com.br](http://funarpen.com.br) consulte selo de autenticidade

Reconheço e dou fé por **SHARLEIANÇA** a(s) firma(s) Assinada(s) de:  
**MARIA MATILDE MACHADO**

Cascavel-PR, 13 de Dezembro de 2021

Em testº \_\_\_\_\_ da verdade

**VANESSA TROMBUI DANTAS ESCRIVENTE**

Enrolamento: R\$ 97,00 + R\$ 21,75 Embrax: R\$ 18,00 DEP

R\$ 2355 R\$ 12 - Rec. Engrax: R\$ 30,00

Total: R\$ 7

1º RNDP - Registro de Títulos e Documentos e PessoasJustificas da Comarca de Cascavel - PR

Selo 1.304098qd3RaDzN7rbv4zres

Consulte esse selo em <https://selo.fmapen.com.br/consulta>

Embrastento: R\$65,00; RC 100,00; Fimrejas: R\$9,04; ISSQN: R\$1,30;

FUNERP: R\$3,26; Fimrejas: R\$1,28; Distribuidor: R\$9,78; Fotocópia:

R\$12,19; Microfilm: R\$3,20; Total: R\$105,00




Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas  
Rua São Paulo, 1309 - Fone: (41) 3030-3431

Protocolado sob nº 0292759

Registrado sob nº 0234580

Livro B-2665, fls. 197/200

Cascavel/PR, 15/12/2021

☐ Eliana Mary de Moraes Agente Delegada☐ Anna Paula Marchionni Secretária☐ José Ronaldo T. Costa Junior Escrivão






SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO



DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE CASCAVEL

## CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO NO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO

REGISTRO SIM/POA/SISBI

Nº 0223/15

O Secretário de Agricultura do Município de Cascavel no uso de suas atribuições que lhe confere o regimento interno, e o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento, através da Portaria Federal Nº 228, de 21 de dezembro de 2011, certificam a adesão do Estabelecimento **“COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DO OESTE DO PARANÁ – (SISCOOPLAF)”** ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI).

- Razão Social: Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná (SISCOOPLAF)
- CNPJ. 09.097.647/0001-58
- Endereço: Br. 277, km, 573, São João do Oeste – Cascavel - Pr.
- Classificação: Indústria de Laticínio

João B. Cunha Júnior  
Secretário de Agricultura

Cascavel, 19 de agosto de 2016

João Carlos Köhler  
Méd. Vet. Fiscal SIM/POA/SISBI

Este certificado deve ser fixado no estabelecimento em local visível





PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCATEL – PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA




**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA SANITÁRIA Nº056/2020**

Certificamos em **14/09/2020**, que conforme o Decreto Municipal nº 13.688 de 10 de agosto de 2017 Art. 1º §1º, Art. 6º §3º e Art. 7º, e Nota Técnica nº002/14 – DVVSA/CEVS/SVS de 24/01/14, a (s) atividade (s) de CNAE **10.52-0-00, 10.51-1-00 e 82.92-0-00 (referente a empacotamento de laticíneos)** desenvolvida (s) por **COOPERATIVA CENTRAL DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DO OESTE CNPJ nº 09.097.647/0003-10**, informada pelo Processo nº **60268/2020** está dispensada da emissão de licença sanitária. Quanto as atividades de CNAE(s) **10.53-8-00 e 10.99-6-99** fomos informados de que a empresa não desenvolve as atividades.

Para o contribuinte informamos que o empreendedor não está dispensado de apresentar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade ou empreendimento, as normas sanitárias vigentes, sujeitando-se, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

E por mais nada constar, datamos e assinamos.

Cascavel, 14 de setembro de 2020.

  
**Sheila B. Becker**  
Fiscal – Mat: 27.953-8  
Vigilância Sanitária

**Autoridade Sanitária**

  
**Helen R. F. Badan**  
Fiscal – Mat: 22.912-1  
Vigilância Sanitária

**Autoridade Sanitária**

Obs.: Este documento terá validade durante a vigência do Decreto Municipal nº 13688/2017 e/ou alteração no ramo de atividade descrito.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ – SESA  
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – SVS**

**Nota Técnica nº 002/14 – DVVSA/CEVS/SVS – 24 de janeiro de 2014.  
LIBERAÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA PARA ESTABELECIMENTOS  
PRODUTORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Considerando a necessidade de uniformizar as ações para liberação de licença sanitária a serem adotadas pelas equipes de Vigilância Sanitária das Regionais e Municípios para liberação de licença sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal com Serviços de Inspeção, Federal, Estadual e Municipal.

Considerando o avanço do marco regulatório e do processo de descentralização dos serviços de inspeção de produtos de origem animal, e a necessidade de padronizar e a evitar a duplicidade de fiscalização conforme determina a Lei Federal nº 1283/50, resolve:

1. Orientar sobre os procedimentos administrativos de liberação de licença sanitária pelo órgão da saúde a serem observados nos estabelecimentos de produção de produtos de origem animal no Estado do Paraná registrados no órgão competente das três instâncias da agricultura.

2. Os estabelecimentos industriais especializados com instalações adequadas para a matança de animais e o seu preparo ou industrialização; os entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e as fábricas que industrializarem; as usinas de beneficiamento do leite, as fábricas de laticínios, os postes de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e seus respectivos entrepostos; os entrepostos de ovos e as fábricas de produtos derivados de ovos e os entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal não serão objetos de licenciamento pelo órgão da saúde.

3. No entanto, ficam obrigadas a serem licenciadas no órgão da Saúde competente, as atividades acessórias dos estabelecimentos mencionados no item 2 sujeitas à fiscalização da vigilância sanitária.

4. Entendem-se como atividade principal dos estabelecimentos mencionados aquela relacionada à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, de responsabilidade dos órgãos de agricultura.

5. Entendem-se como atividades acessórias dos estabelecimentos mencionados aquelas que possuam cozinhas, refeitórios, ambulatórios e demais serviços de interesse a saúde.

6. Na ocasião da liberação, deverá constar no corpo da Licença Sanitária: “A presente Licença Sanitária exclui a atividade principal de produção/fabricação de produtos de origem animal e abrange as seguintes atividades:”

7. A dispensa da licença sanitária da atividade principal, não a isenta das ações de fiscalização da saúde do trabalhador, epidemiológica e ambiental pelo órgão da saúde.

8. A presente nota técnica estabelece esta orientação às vigilâncias sanitárias sobre os procedimentos na liberação de licença sanitária nos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no serviço de inspeção.